



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED'S - UNICRED DO BRASIL
CNPJ/MF nº 00.315.557/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de junho de 2016 e de 2015
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		525.452	317.989	Circulante		487.525	284.765
Disponibilidades	3	76	5	Depósitos		112	112
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	145.900	23.478	Relações interfinanceiras	9	436.915	226.759
Títulos e valores mobiliários	5	340.927	243.904	Outras obrigações	10	50.497	58.006
Relações interfinanceiras		35.445	50.342	Não circulante		1.256	4.294
Outros valores e bens	6	3.102	164	Exigível a longo prazo		10	1.256
Não circulante		28.060	27.968	Outras obrigações		10	1.256
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido		64.730	56.803
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4		1.227	Capital social		48.979	47.747
Outros créditos	6		73	Reserva de capital		4.053	4.053
Intangíveis	7		15	Reserva legal		4.195	4.398
Imobilizado de uso	8		5.051	Sobras acumuladas		7.503	605
Intangível	8		22.921	Total do passivo e patrimônio líquido		553.511	345.862
Total do ativo		553.511	345.862				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015
Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's - Unicred do Brasil (Confederação), foi constituída por cooperativas centrais e integrantes do Sistema Unicred em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e o Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conviência de atuação das suas associadas. A Confederação iniciou em dezembro de 2012 programa de unificação da TI do Sistema Unicred em conjunto com suas associadas. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que o investimento fosse financiado com recursos oriundos do Fundo Garantidor (FG). Em 30 de junho de 2016 encontra-se o montante de R\$ 31.859, substancialmente alocação entre aquisição de licenças de uso do software SAP, plataforma de comunicação e implantação de internet banking e demais gastos relacionados às suas implantações, registrado na rubrica de "Outros débitos de projeto - TI" (nota 6) em contrapartida da rubrica "Créditos diversos passivos - Contas a pagar cooperativas - Projeto TI" (nota 10). Por decisão do Conselho de Administração da Confederação esse projeto está sendo revisto. Em 23 de maio de 2016, foi perdida a destinação da associada Unicred Central SP e suas cooperadas: Anhanguera, Bandeirante, Guarulhos, Mantiqueira, Metropolitana, Norte Paulista, Rio Claro, São Carlos e Sudeste Paulista. O pedido de destinação foi aceito pela Confederação em reunião do Conselho da Administração em 30 de junho de 2016, conforme ata e registro no Conselho de Administração da Confederação. Os saldos da Unicred Central SP constantes no balanço patrimonial estão demonstrados na nota explicativa 22.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: a. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas e à Lei do Cooperativismo (5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009) e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 03, 10, 23, 24, 25 e 35). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração em 5 de Agosto de 2016. b. **Efeito da alteração do plano de contas:** Em janeiro de 2016, a Administração da Confederação, com o objetivo de atender à regulamentação vigente e adequar sua estrutura, optou por alterar o plano de contas. O reflexo desta alteração ocorreu nas rubricas "Ingressos da prestação de serviços" e "Outros ingressos operacionais" no resultado. Assim, para fins de comparabilidade, os resultados apresentados no plano de contas foram reclassificados nas demonstrações financeiras de abertura:

	2015	Reclassificado
Ingressos de prestação de serviços	13.784	3.459
Outros ingressos operacionais	20.852	31.177

Descrição das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aprovadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário. c.1. **Auração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. c.2. **Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação. As estimativas contábeis críticas são aquelas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. c.3. **Caixa e equivalentes de caixa:** O conceito de caixa e equivalentes de caixa inclui depósitos bancários de curto prazo, interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. c.4. **Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor atualizado pelo método de custo de aquisição. Seja por determinação legal ou espontaneamente a Administração da Confederação utiliza depósitos valores para suportar passivos contingentes constituídos. c.6. **Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. c.7. **Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxa que contemplem a estimativa de vida útil e os custos dos bens. c.8. **Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. c.9. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

c.10. **Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das associadas (cooperativas centrais) centralizados pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. c.11. **Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelo valor de realização ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. c.12. **Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. c.13. **Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos exceto quando a existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos puderem ser mensurados de maneira segura. c.14. **Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do balanço patrimonial social estão classificados no circulante, e os valores superiores ao não circulante. c.15. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e BACEN. c.16. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, quando incorridos, de acordo com a legislação em vigor. O imposto de renda é calculado sobre os rendimentos, com taxa adicional de 10%, e para a contribuição social - 15% até setembro de 2015 e 7%, a partir de outubro de 2015, conforme Lei 13.169/2015. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3. Composição do caixa e equivalentes de caixa: As disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN 3.604/2008.

Descrição	2016	2015
Disponibilidades	76	5
Caixa e depósitos bancários	145.900	23.478
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	340.927	243.904
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	486.903	267.397

Descrição	2016	2015
Circulante	525.452	317.989
Letras Financeiras do Tesouro	58.998	297
Letras do Tesouro Nacional	35.905	23.181
Notas do Tesouro Nacional	50.997	-
DI Bancob	-	1.227
	145.900	23.478

Descrição	2016	2015
Não circulante	28.060	27.968
Letras Financeiras do Tesouro	151.380	(i) 91.262
Letra Financeira - privado	6.870	(ii)
Certificado de Depósito Bancário	-	2.987
Cotas de fundo de investimentos	182.677	(iii) 149.655
	340.927	243.904

(i) Em 30 de Junho de 2016, as LFT estão custodiadas no Sistema Especial de Custódia em nome de Custódia de ativos financeiros finais entre os períodos de 2018 a 2022, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas na categoria negociação. (ii) A Letra Financeira (LF) de emissão de uma instituição financeira de primeira linha foi adquirida no segundo semestre de 2015 e

Leo Airton Trombka
Presidente

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		487.525	284.765
Depósitos		112	112
Relações interfinanceiras	9	436.915	226.759
Outras obrigações	10	50.497	58.006
Não circulante		1.256	4.294
Exigível a longo prazo		10	1.256
Outras obrigações		10	1.256
Patrimônio líquido		64.730	56.803
Capital social		48.979	47.747
Reserva de capital		4.053	4.053
Reserva legal		4.195	4.398
Sobras acumuladas		7.503	605
Total do passivo e patrimônio líquido		553.511	345.862

está custodiada na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CEITP). Possui vencimento final no início do segundo semestre de 2022 e está classificada na categoria mantido até o vencimento, porém, pode ser negociado a qualquer momento. (iii) As cotas de fundos de investimentos referem-se aos fundos, BB FI RF Crédito Privado Sistema Unicred e BB FICFI Curto Prazo Corporativo 600 ML, administrados por uma instituição financeira de primeira linha. Referidos fundos tiveram no 1º semestre de 2016 remuneração substancial de 101% do CDI. Os fundos podem ser resgatados e os títulos podem ser negociados a qualquer momento, portanto, são considerados como equivalentes de caixa. No primeiro semestre de 2016 foram registrados os rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 25.526 (R\$ 11.541 em 2015).

Descrição	2016	2015
6. Outros créditos:		
Circulante		
Adiantamentos e antecipações	659	-
Depósitos em garantia (nota 10 iii)	-	73
Impostos e contribuições a compensar	1.151	-
Serviços prestados a receber	759	-
Outros débitos de projeto - TI (i)	31.859	-
Valores a receber das associadas	1.017	-
	35.445	50.342
Não circulante		
Depósitos em garantia (nota 10 iii)	-	73
Impostos e contribuições a compensar	-	1.052
Serviços prestados a receber	-	759
Outros débitos de projeto - TI (i)	-	31.859
Valores a receber das associadas	-	1.528
	-	67
	-	480
	-	480

(i) Refere-se substancialmente ao montante remanescente do projeto sistêmico para unificação da Tecnologia da Informação (TI) no Sistema Unicred. O escopo inicial previa a migração do Sistema de Automação Unicred (SAU) para o SAP com o custeio do projeto sendo feito com recursos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG), substituído pelo FGCop (instituído pelo BACEN em 30 de outubro de 2012). Do montante contabilizado originalmente na referida rubrica, foram baixados R\$ 24.478 em dezembro de 2015, em razão da paralisação do projeto de implantação do SAP e rescisão do contrato firmado com a SAP. Os valores gastos com projetos de TI, especificamente com o sistema SAP e ainda em aberto, referem-se a aquisições de licenças, consultoria e custos de viagem para desenvolvimento e realização da homologação do sistema nas unidades do Sistema Unicred. Na data do fechamento do primeiro semestre de 2016, o status deste sistema encontra-se como "suspenso", segundo definição da Administração da Confederação. Para o segundo semestre ser desenvolvido estudo *RFP Request For Proposal*, validando a continuidade deste sistema e implantação ou a substituição deste por novo sistema. Outro software desenvolvido registrado nesta rubrica como projetos de TI o Multicanal HP (sistema de comunicação para todos os canais, como por exemplo: internet mobile) que encontra-se na última fase para posterior implantação. Em 30 de junho de 2016, o montante dos projetos com status "em andamento" é de R\$ 5.815, com status "concluídos" é de R\$ 1.220 e os demais projetos que encontram-se com status em "em estudo", "suspenso", "não aplicado" e em "planejamento" totalizam R\$ 24.824. Conforme nota explicativa 1, por decisão do Conselho da Administração da Confederação esse projeto está sendo revisto. A movimentação da rubrica em contrapartida de "Outras obrigações - Contas a pagar Cooperativas - Projeto TI" (nota 10), foi a seguinte nos semestres:

Taxa	2016	2015
Saldo em 01 de janeiro de 2016		31.859
Adições	17	794
Saldo em 30 de junho de 2016		31.859
Adições	7.419	35.101
Saldo em 30 de junho de 2015		35.101
Adições	7.222	47.282
Saldo em 30 de junho de 2015		47.282

Descrição	2016	2015
7. Imobilizado em uso: a. Composição do saldo:		
anual de depreciação		
Móveis e equipamentos de uso	8,73%	(8,21)
Sistema de comunicação	10%	88
Sistema de processamento de dados	20%	1.353
	10,17%	(5,127)
Depreciação acumulada		
Móveis e equipamentos de uso	8,73%	(4,619)
Sistema de comunicação	10%	88
Sistema de processamento de dados	20%	1.353
	10,17%	(5,127)
Liquido		
Móveis e equipamentos de uso	8,73%	(4,619)
Sistema de comunicação	10%	88
Sistema de processamento de dados	20%	1.353
	10,17%	(5,127)

b. Movimentação do imobilizado:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	Adições	Depreciação acumulada	Liquido
2.794	(35)	(530)	2.264
		22	(13)
Saldo em 30 de junho de 2016		10.178	5.051
Adições	7.047	(3.727)	3.320
Adições	1.179	(535)	644
Adições	(722)	(722)	(722)
Saldo em 30 de junho de 2015		7.504	(4.261)

8. Intangível: a. Composição do saldo:

Taxa	2016	2015
Saldo em 01 de janeiro de 2016		31.859
Adições	17	794
Saldo em 30 de junho de 2016		31.859
Adições	7.419	35.101
Saldo em 30 de junho de 2015		35.101
Adições	7.222	47.282
Saldo em 30 de junho de 2015		47.282

Descrição	2016	2015
9. Relações interfinanceiras - passivo:		
Centralização financeira		
Refer-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Em 30 de Junho de 2016, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R\$ 25.627 (R\$ 12.686 em 30 de junho de 2015), que para efeito de apresentação da demonstração do resultado, é classificado como dispêndios da intermediação financeira. Compõe o saldo da centralização financeira o valor de R\$ 10.984 de ex-associada, que pede ressarcimento do Fundo Garantidor - FG através de demanda judicial no montante atualizado de R\$ 17.130. A ação foi classificada pelos assessores jurídicos da Confederação como de risco possível, motivo pelo qual a Administração não constituiu provisão da discussão. Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as instituições de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo de Crédito; III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O estatuto e o regulamento do fundo obtiveram aprovação através da Resolução CMN 4.284/2013. A concentração do saldo é assim demonstrada:		

Descrição	2016	2015
Valor	100%	100%
Maior associadas	100,985	74,651
Demais associadas	335,930	152,108
	436,915	226,759

Descrição	2016	2015
10. Outras obrigações:		
Circulante		
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	287	-
Fundo de previdência complementar e contribuições a receber	1.136	-
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	5.019	-
Créditos diversos	37.213	-
Instrumento de dívida elegível (iv)	6.842	-
Provisão para passivos contingentes (iii)	50.497	-
Não circulante		
Outros créditos diversos	1.256	4.294
Total	64.730	56.803

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b). (ii) Em 30 de junho de 2016 e 2015, o saldo é composto pelas seguintes rubricas:

Descrição	2016	2015
Conta a pagar cooperativas - Projeto TI (nota 6 (i))	31.518	46.778
Fundo Garantidor (FG) ex-associadas	2.123	5.533
Outros credores diversos	3.572	4.479
	37.213	56.790

(iii) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de natureza tributária, civil e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições ao PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de dispositivos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu

DIRETORIA
Ricardo Roberto Alves
Vice-Presidente

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015
Em milhares de reais

Ingressos da intermediação financeira	Nota	2016	Reclassificado	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	28.205	13.909	23.681
Títulos e valores mobiliários	5	2.670	1.368	2.535
Dispêndios da intermediação financeira		(25.627)	(12.686)	(12.686)
Ingressos de prestação de serviços	9	(25.627)	(12.686)	1.223
Resultado bruto da intermediação financeira		2.445	(833)	3.459
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		13	13	13
Ingressos de prestação de serviços	13	1.669	3.459	(15.878)
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(19.766)	(19.089)	(15.878)
Outros dispêndios administrativos	15	(17.299)	(502)	(502)
Outros dispêndios operacionais	16	3		